

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

ALICE SILVA ROSILHO

Caminhos e singularidades dos papéis ocupacionais na
parentalidade adotiva: uma perspectiva sobre a literatura recente

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lilian Magalhães

SÃO CARLOS
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

ALICE SILVA ROSILHO

Caminhos e singularidades dos papéis ocupacionais na
parentalidade adotiva: uma perspectiva sobre a literatura recente

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Terapia Ocupacional da
Universidade Federal de São Carlos,
para obtenção do título de
Bacharel em Terapia Ocupacional
Orientadora: Prof. Dra. Lilian Magalhães

SÃO CARLOS
2025

Caminhos e singularidades dos papéis ocupacionais na parentalidade adotiva: uma perspectiva sobre a literatura recente

Resumo:

A construção dos papéis ocupacionais é um elemento essencial na terapia ocupacional, pois reflete como indivíduos desempenham atividades significativas em seu cotidiano. No contexto da parentalidade adotiva, percebe-se que valores socioculturais ainda influenciam como esse papel é concebido, desvalorizando frequentemente a adoção em relação à gestação biológica. A terapia ocupacional, fundamentada no Modelo de Ocupação Humana (MOHO), deve reconhecer que a parentalidade vai além de marcadores biológicos, envolvendo aspectos sociais, simbólicos e subjetivos. No caso da maternidade, a transformação social possibilitou que a escolha de ser mãe se tornasse mais evidente, mas ainda há desafios na equiparação entre parentalidade adotiva e biológica. Da mesma forma, o papel do pai é frequentemente reduzido a aspectos lúdicos e financeiros, reforçando desigualdades na divisão do cuidado. Diante disso, terapeutas ocupacionais têm um papel fundamental na ressignificação da parentalidade adotiva, promovendo intervenções que valorizem esse processo e auxiliem as famílias na construção de vínculos afetivos. A profissão pode contribuir para desconstruir padrões normativos e fortalecer o reconhecimento da adoção como uma vivência legítima e plena da parentalidade.

Paths and Singularities of Occupational Roles in Adoptive Parenthood: A Perspective on Recent Literature

Abstract:

The construction of occupational roles is an essential element in occupational therapy, as it reflects how individuals engage in meaningful activities in their daily lives. In the context of adoptive parenting, sociocultural values still influence how this role is perceived, often devaluing adoption in comparison to biological parenthood. Based on the Model of Human Occupation (MOHO), occupational therapy must recognize that parenting goes beyond biological markers, encompassing social, symbolic, and subjective aspects. Regarding motherhood, social transformations have chosen to become a mother more evident, yet challenges remain in equating adoptive and biological parenting. Similarly, the father's role is often reduced to playful and financial aspects, reinforcing inequalities in caregiving responsibilities. Given this, occupational therapists play a fundamental role in redefining adoptive parenting, promoting

interventions that value this process and supporting families in building emotional bonds. The profession can contribute to deconstructing normative standards and strengthening the recognition of adoption as a legitimate and fulfilling experience of parenthood.

Agradecimentos

Chegar ao final dessa jornada e concluir este TCC é uma conquista que não teria sido possível sem a ajuda de pessoas especiais, que estiveram ao meu lado em cada etapa do caminho. Gostaria de dedicar meus mais sinceros agradecimentos a todos que fizeram parte dessa trajetória.

Primeiramente, à minha orientadora, Lilian Magalhães, minha imensa gratidão. Agradeço grandemente pelo apoio acadêmico que me proporcionou ao longo dessa jornada, seu conhecimento e orientações foram fundamentais para eu aprimorar o trabalho, tornando-o mais consistente e bem estruturado. Mas, além do apoio acadêmico, sou ainda mais grata pelo apoio pessoal. Em momentos de obstáculos trazidos pela vida, os quais pareciam maiores do que eu poderia suportar, você sempre soube me acolher e me dar confiança de que eu conseguiria ultrapassá-los. Sua compreensão, paciência e empatia foram essenciais para que esse trabalho esteja sendo entregue, não tenho palavras suficientes para expressar minha gratidão por tudo o que fez por mim ao longo dessa jornada.

À minha família, com destaque para meu irmão, Lucas, cuja presença foi, sem dúvida, uma das forças mais significativas durante essa jornada. Ele não apenas me ofereceu apoio incondicional, mas se tornou meu verdadeiro companheiro nos momentos de pressão e insegurança. Ao longo de todo o processo, esteve ao meu lado, dividindo responsabilidades, oferecendo conselhos e, muitas vezes, sendo o estímulo que eu precisava nos dias em que as forças pareciam se esgotar. Nos momentos em que eu já não conseguia seguir sozinho, ele foi o apoio que me sustentou, me dando força para continuar. Seu incentivo constante e dedicação foram essenciais para que eu superasse os desafios, mesmo quando os obstáculos pareciam intransponíveis. Sou imensamente grata por sua presença constante, seja nos momentos de desânimo ou nas pequenas conquistas que, juntos, celebramos.

Aos meus pais, Waldiney e Lenir, minha gratidão é imensurável. Vocês foram sem dúvidas a base sólida que me sustentou em todos os momentos dessa jornada que foi a graduação. Sem o apoio, amor e dedicação de vocês, eu não estaria aqui hoje, celebrando a conclusão deste TCC. Sem o suporte de vocês, tanto no aspecto financeiro quanto emocional, esta conquista não seria possível. Vocês sacrificaram muito para que eu tivesse a oportunidade de investir na minha educação e alcançar meus objetivos, sempre acreditaram em mim e foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar integralmente a todo o percurso acadêmico. Sou eternamente grata por cada gesto, por cada sacrifício e por todo o amor e confiança que vocês sempre me deram. Esta conquista é, sem dúvida, um reflexo do

esforço e dedicação de vocês, que nunca mediram esforços para me proporcionar as melhores condições para crescer e conquistar meus sonhos.

Às minhas avós, Marly e Izaura, quero expressar minha profunda gratidão pelo apoio e amor imensuráveis. A presença de vocês sempre foi uma fonte de inspiração e segurança para mim. Cada gesto de carinho e sabedoria compartilhado ao longo da minha jornada foi um alicerce para que eu pudesse alcançar este momento. Sou eternamente grata por todo o amor que recebi de vocês e por estarem sempre presentes, com palavras de conforto e exemplos de resiliência.

Ao meu namorado, Guilherme, agradeço imensamente pelo apoio ao longo dessa jornada, você foi meu suporte nos momentos de dificuldade, sempre me incentivando e me ajudando a seguir em frente. Sou grata por estar ao meu lado, tornando essa caminhada mais leve.

Aos meus amigos, que foram essenciais para aliviar os momentos de tensão, trazendo alegria, risadas e até distrações necessárias para manter a saúde mental durante essa fase. Cada conversa, cada gesto de apoio foi um lembrete de que não estou sozinha nessa jornada. Em especial a minha amiga Carolina que contribuiu para que este trabalho se tornasse realidade e caminha comigo desde 2016 na jornada da Terapia Ocupacional.

Aos meus colegas de curso, pelas trocas de experiências, pelos debates e pelo companheirismo, foi enriquecedor e significativo dividir com vocês os anos da nossa graduação.

Agradeço a Deus pela saúde que me permitiu enfrentar os desafios e pela força que me deu para seguir em frente, agradeço por me sustentar e me dar coragem para continuar com fé e esperança no futuro.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para que este trabalho fosse possível. Este momento é fruto de um esforço coletivo, e sou imensamente grato por cada contribuição.

Com todos vocês ao meu lado, este TCC deixa de ser apenas uma conquista pessoal, tornando-se uma realização compartilhada.

Muito obrigada a todos!

Sumário

1. Introdução	6
2. Papéis Ocupacionais	8
3. Adoção	8
4. Objetivos	11
4.1. Objetivo Geral	11
4.2. Objetivos Específicos	11
5. Metodologia	11
5.1. Delineamento do Estudo	12
6. Achados	13
6.1 O que diz a literatura sobre tornar-se mãe, tornar-se pai	13
6.2. A maternidade	18
6.3. A paternidade	20
6.4 O que as pesquisas enfatizam	22
7. Discussão	22
8. Considerações Finais	24
9. Referências	25

1. INTRODUÇÃO

A parentalidade vai além dos laços de sangue, pois se tornar mãe/pai é um movimento complexo que não se restringe à distinção biológica mulher e homem, mas sim ao espaço que o filho pode preencher no desejo dos pais (Oliveira; Souto e Silva, 2017). Dessa maneira, as relações parentais na família adotiva são baseadas nas intersecções para além da herança genética, sobretudo pelos afetos e suas interlocuções (Levinzon, 2006).

A passagem para a parentalidade é um momento crucial no ciclo de vida, na qual os futuros pais necessitam efetuar uma série de adaptações para receber o filho, seja através do nascimento ou da adoção. Essas adaptações envolvem aspectos práticos, como mudança de rotina e na estruturação material, assim como aspectos emocionais associados à formação da identidade materna e paterna. Esse período envolve admissão de novos papéis sociais e familiares, e requer uma reestruturação do psiquismo para enfrentar os desafios que acompanham a parentalidade. (Cecílio; Comin, 2016). Essa conjuntura deve ser encarada como uma gestação simbólica que abrange a construção do vínculo entre pais adotivos e filhos, que frequentemente poderá durar além dos nove meses clássicos, influenciada por fatores administrativos relevantes e dilemas que transpassam a formação da parentalidade. (Silva, 2018 apud Sampaio; Magalhães, 2023).

Nesse cenário destaca-se que a adoção traz consigo objeções, alegrias e limitações, visto que aceitar o filho que não foi gerado biologicamente exige paciência, dedicação e renúncia, pois será a partir da convivência que os desafios irão se manifestar. Claro, é pertinente destacar que muitos desses desafios são existentes tanto na parentalidade adotiva quanto na biológica. (Souza e Casanova, 2014 apud Sampaio; Magalhães, 2023). Assim, ao tratar a angústia que seria intrínseca à construção da parentalidade, evidencia-se o papel fundamental dos pais em imputar à criança um lugar na cadeia transgeracional, considerando o panorama desafiador atrelado à construção da parentalidade. (Garrafa, 2019 apud Sampaio; Magalhães, 2023)

Posto isso, no que compete à temporalidade do estabelecimento desse vínculo, Garrafa sugere que os pais viriam previamente e a resposta da criança, no lugar de filho, seria uma designação decorrente. Adoções malsucedidas podem ocorrer quando os pais invertem a ordem temporal de estabelecimento do vínculo, conduzindo o reconhecimento parental dos filhos como prioridade e condição para exercer a parentalidade. Garrafa complementa, ainda, que a posição mãe/pai requer disponibilidade para correr riscos, incluindo a ruptura das expectativas. (Garrafa, 2019 apud Sampaio; Magalhães, 2023)

John Bowlby (2015 apud Barros; Ribeiro e Souza, 2021) estabelece também a vinculação afetiva como resultado do comportamento social de cada indivíduo e da capacidade de reconhecer o outro e de se aproximar dele. Portanto, para ocorrer plenamente a vinculação afetiva é primordial que exista reciprocidade nos laços de afeto. Igualmente, sujeitos que não receberam os cuidados adequados na infância enfrentam adversidades em razão da ruptura das conexões afetivas, o que atrapalha sua capacidade de formar novos laços emocionais. Eventos como morte, separação conjugal, ou ausência dos pais podem desencadear efeitos emocionais decorrentes da falta de vinculação, como resistência ao afeto, comportamentos agressivos e transtornos de personalidade. Por isso, são essenciais a persistência e a paciência por parte dos pais por adoção com relação a seus filhos, visto que eles carregam histórias de abandono, negligências afetivas e rupturas de vínculos de afeto. (Bowlby 2015 apud Barros; Ribeiro e Souza, 2021)

Gomes e Levy (2016) evidenciam que, no contexto da elaboração dos elos afetivos, é primordial haver oportunidade para ideação de um projeto adotivo tanto pelos pais quanto pela criança e/ ou adolescente. Segundo as autoras, é necessário permitir que a criança e/ou adolescente, para a qual se encontrou uma nova família, crie um processo de ressignificação de sua história de vida, afinal ela já experimentou e vivenciou outras dores e alegrias antes de ingressar nessa nova família. Portanto, a construção do projeto adotivo pela criança e/ou adolescente está associada à abertura de um espaço de escuta e amparo no qual ela possa expressar seus sentimentos e expectativas em relação à nova família.

2. PAPÉIS OCUPACIONAIS

Os papéis ocupacionais são definidos segundo a Associação Americana de Terapia Ocupacional - AOTA (2015) como um “conjunto de comportamentos esperados pela sociedade, modelados pela cultura e pelo contexto, que podem ser ainda mais bem-conceituados e definidos pelo cliente” (p. 28). O uso que uma pessoa faz do próprio tempo é modelado pela rotina que ela tem e pelos papéis ocupacionais que desempenha (Barbano; Cruz, 2020 apud Lee; Kielhofner, 2017b; Kielhofner, 1977).

A terapia ocupacional, enquanto profissão e corpo de estudos, tem como um dos grandes referenciais teóricos o “Modelo de Ocupação Humana” (MOH), que foi desenvolvido pelo Terapeuta Ocupacional e Psicólogo Gary Kielhofner nos Estados Unidos. O modelo procura compreender como as pessoas se adaptam aos seus problemas ocupacionais e redescobrem modos significativos de desempenhar ocupações (Taylor; Kielhofner, 2017). Um instrumento utilizado nesse referencial é a Lista de Identificação dos Papéis Ocupacionais, no qual se apresentam dez papéis ocupacionais definidos, sendo eles: estudante, trabalhador, voluntário, cuidador, serviço doméstico, religioso, amigo, passatempo/amador, membro de família e participante em organizações. Este estudo busca focalizar o papel ocupacional de membro de família, especificamente na maternidade e na paternidade adotiva, e visa compreender e demonstrar de forma qualitativa como ocorrem o desenvolvimento e a manifestação dessa função.

3. ADOÇÃO

O significado do verbete *adoção* é: “Processo ou ação judicial que se define pela aceitação espontânea de alguém como filho(a), respeitando as condições jurídicas necessárias” (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2025).

O instituto da adoção é conhecido desde tempos antigos por Egípcios, Hebreus, Babilônios e tem como marcos importantes, em relação ao seu surgimento, o Código de Hamurabi (2.283 - 2.241 AC), o qual dispunha de uma minuciosa regulamentação a respeito da adoção, além da Bíblia que traz indicativos de

ocorrência da mesma entre os Hebreus (Prado, 2006). Em sua origem, a adoção foi pensada para resolver a impossibilidade de procriação natural dos casais inférteis, permitindo a continuidade da família. No decorrer do tempo, essa imagem foi repensada e deixada de ser vista como ato de caridade para ser encarada como uma forma de se ter filhos de modo não biológico. (Brauner; Aldrovandi, 2010).

No Brasil, a adoção foi estabelecida com características do direito português, pois foi originalmente regulada à época das Ordenações do Reino, e vigorou até a entrada do primeiro Código Civil em 1916 no qual se permitiam somente maiores de 50 anos que não possuíssem descendentes “legítimos”, exigindo-se 18 anos de diferença entre o adotante e o adotado. Tais exigências expressam que a finalidade de suprir a ausência de descendentes biológicos perpetuava-se como sendo o intuito majoritário (Prado, 2006; Brauner; Aldrovandi, 2010). Mediante essas limitações, a alteração dos requisitos tornou-se necessária para haver ampliação das possibilidades de adoção. Sendo assim, em 1957 foi promulgada a Lei nº 3.133 que modificou o Código Brasileiro ao trazer importantes inovações, como alterar a idade do adotante de 50 para 30 anos, reduzir a diferença da idade de 18 para 16 anos entre adotante e adotado e eliminar a exigência da inexistência de filhos (Prado, 2006).

Com a validação desta lei e com a alteração feita em relação à possibilidade de adotantes com filhos biológicos, a adoção no Brasil deixou de ser vista como meio de suprir a falta de filhos. No entanto, cabe lembrar que nesse marco legal era permitida a dissolução da adoção e o direito à sucessão de filhos adotivos dependia da ausência de filhos biológicos. Além disso, outro requisito instaurado por essa Lei foi o consentimento do adotando maior, ou dos representantes legais no caso de menores, o qual representou um importante avanço, pois demonstrou garantir a preservação dos direitos dos outros envolvidos além do adotante (Prado, 2006).

A Lei nº 4.655 de 1965, também é considerada como marco na evolução da adoção no Brasil, uma vez que introduziu no ordenamento jurídico a legitimação adotiva, a qual era aplicada em casos de adoção de crianças com até sete anos, abandonadas pelos pais biológicos, enquanto os demais casos continuavam regidos pelos efeitos do Código Civil de 1916. Sob esse paradigma, um vínculo irrevogável entre adotante e adotado era estabelecido pela legitimação adotiva, ao conceder os

mesmos direitos do filho biológico ao filho adotivo, exceto em caso de sucessão. (Brauner; Aldrovandi, 2010)

Do mesmo modo, em 1979, passou a vigorar o denominado Código de Menores, que foi responsável por criar a adoção plena, a qual substituiu a legitimação adotiva. Entretanto, não se revogou a adoção simples, que continuava regulada segundo o Código Civil de 1916. Com o advento da Constituição de 1988, ocorreram profundas modificações no instituto, que consagraram proteção à criança e ao adolescente com a Doutrina da Proteção Integral e garantiram, baseados na Constituição Federal, a igualdade entre filhos de qualquer origem, com proibição de qualquer modo de discriminação. Portanto, atualmente a adoção enfatiza o atendimento dos interesses do adotando e não mais exclusivamente do adotante¹ (Brauner; Aldrovandi, 2010)

Ainda segundo Brauner e Aldrovandi (2010), em 1990 foi promulgada a Lei nº 8.069 que se trata do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no qual se disciplinava com maior atenção as questões envolvendo pessoas jovens. Com isso revogou-se o Código de Menores. Nesse contexto, o ECA foi constituído para regulamentar normas constitucionais com o propósito de assegurar e proteger crianças e adolescentes. Assim, Brauner e Aldrovandi expõem que o supracitado Estatuto unificou as espécies de adoção e regulamentou que ela fosse atualmente aplicada a todos os menores de 18 anos, o que impossibilitou a existência da adoção com efeitos limitados.

Atualmente, permite-se a adoção independente de estado civil desde que se cumpram os seguintes requisitos: a) haja diferença de 16 anos entre adotante e adotado e, b) o adotante tenha idade superior a 18 anos. No caso de adoção conjunta,

¹ A distinção entre **adotante** e **adotando** está relacionada ao processo de adoção:

- **Adotante:** É a pessoa (ou casal) que deseja adotar uma criança ou adolescente. Esse indivíduo passa pelo processo legal de habilitação para adoção e, após a aprovação, assume a responsabilidade parental.
- **Adotando:** É a criança ou adolescente que será adotado. Ele passa por um processo de avaliação para garantir que a adoção seja no seu melhor interesse, garantindo seu direito a uma família.

os adotantes precisam ser casados ou viver em união estável e pelo menos um deles ter mais de 18 anos (BRASIL, 1990).

Embora não haja distinção entre as formas de adoção no âmbito jurídico, há variados tipos de adoção que requerem maior atenção em razão de suas complexidades. Dentre estas estão as adoções de grupos de irmãos, de crianças HIV positivo, adoções inter-raciais, crianças com necessidades especiais e a adoção tardia, esta última se caracteriza pelo fato de as crianças terem mais de dois anos, quando a própria designação indica a existência de particularidades e desafios, dentre os quais, o histórico de vivências anteriores, dificuldades de adaptação e a autonomia da criança na escolha. (Peiter, 2011 apud Sampaio; Magalhães e Carneiro, 2018)

Conforme assinalado por Schettini et al. (2006), o histórico da criança adotada retrata parte de sua identidade e não pode ser suprimido, ao contrário, tem que ser incluída a nova relação afetiva. Reelaborar o passado é indispensável no processo de construção da identidade da criança. Para os autores, a definição de revelação da história perde a significância quando se compreende que não se trata de revelar, mas sim de construir uma história vivida no dia a dia do cotidiano.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Identificar e compreender os processos de formação do papel ocupacional da maternidade e da paternidade em filiação adotiva na literatura recente.

4.2. Objetivos Específicos

1. Descrever e refletir sobre as dificuldades e facilidades no processo de adquirir e exercer esse papel ocupacional;
2. Discernir as convergências e divergências existentes entre o processo de formação do papel ocupacional da maternidade e da paternidade em filiação adotiva e filiação biológica;
3. Refletir sobre o estado atual em que se encontra o desenvolvimento da construção do papel ocupacional de pais nos casos de adoção, conforme a literatura recente

5. METODOLOGIA

5.1. Delineamento do estudo

Visando identificar e descrever a literatura recente, realizou-se uma revisão narrativa da literatura com fontes documentais diferentes (artigos, teses, dissertações, textos online) nos endereços eletrônicos Google Acadêmico e Scielo, a partir da combinação dos descritores ***papel ocupacional; adoção; maternidade; maternidade adotiva; paternidade adotiva***. Informações relevantes encontradas nas buscas cruzadas, ou seja, citadas por outros autores, foram aproveitadas, quando pertinentes. Literatura publicada nos últimos 25 anos foi incluída.

O estudo foi informado pelos procedimentos adotados nas revisões assistemáticas selecionadas da literatura, que constituem uma abordagem exploratória que combina elementos de revisões sistemáticas e narrativas, sem seguir um protocolo rígido. Seu foco está na flexibilidade e pragmatismo, permitindo ao pesquisador selecionar estudos com base na relevância e qualidade percebida, sem a necessidade de exaustividade. Essa metodologia é útil para mapear rapidamente um campo de estudo, identificar lacunas na literatura e formular hipóteses iniciais para pesquisas futuras.

Greenhalgh, Thorne e Malterud (2018) defendem que revisões narrativas e sistemáticas têm propósitos distintos, enfatizando a importância da escolha metodológica conforme os objetivos da pesquisa. A seguir essa linha, a revisão narrativa foi escolhida para atingir o objetivo de descrever e discutir o estado em que se encontra o desenvolvimento da temática *construção do papel ocupacional de pais nos casos de adoção*.

6. ACHADOS

6.1. O que diz a literatura recente sobre tornar-se mãe, tornar-se pai

A adoção possui um decurso que é complexo, uma vez que não envolve apenas questões legais e jurídicas, mas também individualidades como incertezas, expectativas, ansiedade, fantasias, mitos e dúvidas. (Huber e Siqueira, 2010;

Scorsolini-Comin; Amato e Santos, 2006; Sequeira e Stella, 2014 apud Cecílio; Comin, 2016).

Conforme as teorias psicanalíticas, o desejo inconsciente de ter filhos distingue-se entre homens e mulheres em razão de suas diferentes posições no conflito de Édipo. No que se refere às mulheres, a chegada do filho completa um vazio em seu imaginário, vem preencher uma falta. Tornar-se mãe para a mulher aponta a realização de um desejo infantil (Freud, 1933/1976 apud Schettini et al., 2006.). Com relação aos homens, sua virilidade é constantemente associada à fertilidade e a capacidade de procriação. Culturalmente, a gravidez feminina comprova a masculinidade do homem, o que o leva a sentir-se socialmente cobrado a atestar sua masculinidade.

Desse modo, a paternidade representa além do que apenas realização de um desejo; é a validação da sua masculinidade e potência masculina. Sob outra perspectiva, o homem projeta no filho a continuação de sua linhagem e patrimônio genético: "O que ele prioriza se situa mais do lado da transmissão genética" (Hamad, 2002, p. 77, apud Schettini et al., 2006)

Na abordagem psicanalítica, a incapacidade de conceber filhos de forma biológica causa constantemente feridas narcísicas, levando as pessoas inconscientemente a buscar deixar descendentes como uma forma metafórica de superar a mortalidade. A decisão pela adoção diante da dor causada pela inviabilidade de procriação permite aos pais vivenciarem o narcisismo, no entanto, a presença da criança pode igualmente representar sua limitação em não poder gerar, intensificando a ambivalência na relação (Levinzon, 2006). Por conseguinte, é comum aos pais passarem por um processo de luto pelo filho biológico, visto que esse não virá em momento algum, e, ademais, se faz necessário também que os pais elaborem as angústias inerentes à condição de infertilidade, a fim de viabilizar uma relação menos conturbada com a criança ou o adolescente adotado. (Morelli; Scorsolini-Comin e Santeiro, 2015)

O processo de elaboração do luto também envolve resolver as divergências entre o filho idealizado e o filho real. Ao lidar com o luto pela perda do filho imaginado, o casal tende a aceitar o filho adotivo como ele é, e este, por sua vez, passa a reconhecê-los como seus pais. Ao imputar a função de suceder e imitar a família biológica, pode-se rejeitar a história de origem da criança e suas diferenças. É

imprescindível assimilar as especificidades e as razões inconscientes que influenciam os pais no desenvolvimento de parentalidade adotiva. Além disso, é oportuno ressaltar que o processo de luto pelo filho idealizado não é exclusivo da parentalidade adotiva, mas também ocorre na filiação biológica. (Ghirardi, 2009; Otuka et al., 2009; Pinto e Picon, 2009; Rosa, 2008; Santos et al., 2003; Schettini et al., 2006 apud Morelli, Scorsolini-Comin e Santeiro, 2015).

Ainda conforme a perspectiva psicanalítica, em especial com as ideias de D. W. Winnicott, a qual oferece percepções valiosas para compreender a importância da construção do *lugar* do filho adotivo no psiquismo dos pais. Conforme Winnicott, no momento que o ambiente proporciona condições adequadas para o sujeito lidar com os conflitos instintivos, ele é considerado suficientemente bom, o que ampara na formação do indivíduo. Essa interação sujeito - ambiente se inicia antes mesmo do nascimento biológico e influencia tanto a constituição física, quanto psíquica do sujeito. Assim, o existir psíquico precede o físico, e o ambiente se adapta para receber a nova pessoa. Dentro dessa perspectiva teórica, há uma narrativa que envolve e define o lugar do bebê no mundo real, além de correspondências desse lugar em um nível simbólico. Dominar essa narrativa e preparar-se para o exercício da parentalidade são fundamentais para que ela ocorra de modo saudável e adaptativo, em particular ao assumir uma nova família. Na parentalidade adotiva, essa elaboração revela-se fundamental para a constituição da nova família. (Gueller e Souza, 2008 apud Morelli, Scorsolini-Comin, Santeiro, 2015)

Considerando a referida elaboração da narrativa necessária para a inserção do bebê no grupo familiar, há diversos fatores que motivam as pessoas a optarem por essa via. A seguir essa linha, Levinzon (2006) assinala os possíveis motivos para essa escolha: a infertilidade de ambos pais adotivos, o falecimento de um filho anterior, o surgimento de um desejo em um momento em que barreiras biológicas impediram sua realização, ideais filantrópicos, o desejo do exercício da parentalidade advindo do contato com outras crianças, tanto por casais quanto por aqueles que não possuem um parceiro amoroso, questões de parentesco com pais biológicos com condições aquém das necessárias para o cuidado necessário para a criança, o desejo de ter filhos sem ter de passar por um processo de gravidez, por medo deste processo ou até por razões estéticas.

Não obstante, existem razões de cunho mais existencial, como o preenchimento de um vazio existencial, o medo da fase da velhice, enfrentado a partir da tentativa de constituição de um vínculo familiar, mas não só, o/a referido/referida autora ainda destaca a liberdade que essa via promove no que tange a escolha do sexo da criança, e, por fim, destaca também a adoção como uma diligência para salvar o casamento. (Schettini, Amazonas, Dias, 2006)

Huber e Siqueira (2010) explicam que os pais adotivos têm um processo complexo de construção e aceitação de sua identidade parental e para exercer adequadamente seus papéis, é inevitável enfrentar diversas etapas internas. No entanto, a jornada de autoconhecimento e de ascensão da identidade de pai e mãe pode ser desafiadora, dado que envolve uma pluralidade de emoções, incluindo a sensação de competição com os pais biológicos, podendo resultar na insegurança de que a criança/adolescente ame mais seus pais biológicos do que os adotivos. É elementar entender que se esse medo persistir, pode prejudicar a relação entre os pais adotivos e seu filho, afetando seu êxito como pais. A segurança na nova relação parental deve ser determinada pelos pais para haver uma vinculação efetiva entre eles e a criança/adolescente.

Os sujeitos que estiverem pretendendo realizar um processo de adoção, devem passar, segundo a legislação brasileira, primeiramente pela etapa de preparação psicossocial e jurídica, a qual ocorre junto de uma equipe interprofissional, composta minimamente por um psicólogo e um assistente social, a qual cumpre as funções de “por acompanhar os candidatos nesse processo e por fornecer, por meio de uma avaliação psicossocial, os dados necessários para a tomada de decisão judicial”. Ademais, a organização de encontros em grupos de pretendentes parece ser uma prática contemporânea das equipes interprofissionais de técnicos judiciários, visando agilizar o processo de habilitação à adoção. (Sebastiany, 2011 apud Schwochow, Frizzo, 2021)

No decorrer do processo de habilitação à adoção, os pretendentes a pais experimentam vivências e sentimentos característicos dessa transição para a parentalidade. Brodzinsky e Pinderhughes (2002) e Paiva (2004) citam a sensação dos indivíduos de estarem passando por uma avaliação. Além disso, Paiva (2004) sugestionou que ao encarar esse momento como uma avaliação, os solicitantes podem sentir uma perda de autenticidade, optando por um discurso mais normativo,

traçado em convenções sociais ou elementos que, de acordo com suas convicções, possam ser valorizados pelos profissionais envolvidos no processo. A sensação de estarem sendo julgados por aqueles que avaliam é mencionada pelos pretendentes (Daniluk e Hurtig-Mitchell, 2003; Silva, 2015 apud Schwochow e Frizzo, 2021)

Diniz et al. (2015), ressaltam a importância de ser abordado com cautela o conceito de “preparação”, alertando para potenciais nuances ocultas. Eles sugerem que o pensamento de que os candidatos bem-preparados não enfrentam dificuldades durante a inserção da criança/adolescente ou no novo cenário familiar pode conter um sentido velado. Por semelhança, isso poderia acarretar o mesmo para as crianças e adolescentes adotados. Todavia, as autoras advertem que a construção de laços entre pais e filhos pode ser um percurso marcado por altos e baixos, onde as promessas se encontram com as realidades nas relações parentais e filiais. Sendo assim, elas defendem que a noção de um projeto adotivo construído mutuamente é mais apropriada do que apenas a “preparação dos candidatos”, pois tal abordagem considera tanto os pais quanto os filhos envolvidos na vontade de estabelecer um vínculo que deve ser enriquecido por um afeto mútuo. (Campanha-Araujo e Nascimento, 2022).

Nessa conjectura de uma construção mútua do processo adotivo, cabe ressaltar que existirá a presença de dificultadores, como os impulsos de agressividade que podem ser parte integrante do processo de estabelecimento do vínculo entre pais e filhos, em especial nas adoções de crianças mais velhas. Esta é uma etapa crucial em que os pais precisam estar preparados para lidarem com a hostilidade sem se abalarem em sua capacidade parental. É imprescindível que possam oferecer suporte emocional, fornecendo limites e permitindo chances para reparação, configurando assim a convicção de que os laços familiares são sólidos e não serão rompidos pelos ataques por parte da criança/adolescente. (Otuka; Scorsolini-Comin e Santos, 2012).

Para que o filho adotivo construa sua identidade, é essencial que sua família adotiva legitime seu lugar na cadeia geracional, o que requer a legitimação da sua história (Peiter, 2011; Rotenberg, 2011; Silva, 2011; Souza e Casanova, 2011). Essa legitimação está atrelada a construção do sentimento de pertença a um grupo, no caso, o grupo familiar, a fim de que esse sentimento seja construído, a transmissão de conteúdos sobre a origem e o encontro com a nova família se evidenciam como

importantes recursos nesse processo. A adoção abrange uma narrativa complexa que pode servir tanto para os filhos quanto para os pais adotivos a lidarem com perdas e processarem emocionalmente suas vivências. Falar sobre a origem adotiva permite envolver-se com o desconhecido de sua própria história, gerando os laços de parentalidade e filiação adotivas enquanto se reconhece a inviabilidade de um conhecimento completo (apud Machado et.al, 2019). Contudo, segundo Hamad (2002), é elementar considerar que a recepção de uma criança, sendo ela adotada ou não, ressoa de modo diferente para a mulher e para o homem, ainda que ambos, consciente e intencionalmente, declarem ter um projeto em comum. Nesse caso, a adoção, quando pretendida por ambos os pais, a princípio coloca mãe e pai no mesmo plano, uma vez que mãe e pai aguardam a chegada do filho da mesma forma, estando assim em posições equivalentes. O pai sente-se mais envolto no processo, pois pode também gestar emocionalmente seu filho. Essa gestação emocional ocorre igualmente na gravidez biológica, porém nesse caso, o fato de o filho ser gerado no corpo da mãe propicia a ela uma posição privilegiada em relação ao homem no que remete ao vínculo com o filho. (apud Schettini et al., 2006)

Ladvocat (2001) ao tratar sobre os mitos que permeiam as famílias adotivas, enfatiza que a falta de conhecimento acerca da história de origem da criança, na maioria das vezes, contribui com a propagação de mitos culturais. De modo geral, alguns pais optam por anular a vida anterior do seu filho na expectativa de construir uma nova, para acima de tudo reproduzir o modelo biológico de família. Porém, o acesso ao passado é crucial para que a criança possa criar, questionar e elaborar, juntamente com sua família adotiva, sua própria história. É devido que os pais adotivos entendam que “ser pai/mãe” é mais do que simplesmente gerar um filho. (apud Sampaio; Magalhães e Féres Carneiro, 2018)

Adotar é um desafio que abarca dificuldades, alegrias e limitações. A aceitação de um filho que não foi gerado biologicamente requer paciência, dedicação e renúncia, uma vez que é na convivência que os desafios se manifestam. É significativo destacar que muitos desses desafios são compartilhados tanto na parentalidade adotiva como na biológica. (Souza; Casanova, 2014 apud Sampaio e Magalhães, 2023)

Costa e Rossetti-Ferreira (2007) expõem que o estágio de convivência é um momento de extrema sensibilidade no processo de adoção. Durante essa fase, os

laços afetivos estão sendo acordados, o que pode ampliar as chances de desistência por parte dos adotantes. Os autores ressaltam a importância de um acompanhamento na etapa conseguinte da adoção, especialmente em casos de adoção tardia, nas quais a criança ou adolescente dispõe uma participação ativa nas relações e traz em sua posse uma bagagem de experiências anteriores. Desse modo, é fundamental uma articulação contínua entre as carências e desejos tanto dos filhos adotivos quanto dos pais. Por fim, reconhecer o tempo de espera, e, conseqüentemente, sua duração, auxilia na organização e regulação dos pensamentos e atividades durante essa passagem de tempo para tornarem-se pais. É primordial que, apesar dos momentos difíceis e angustiantes para aqueles que esperam, os futuros pais consigam encontrar alegria na espera pelo seu futuro filho. (Schwochow & Frizzo, 2021)

6.2. A MATERNIDADE

A identidade da mulher no decorrer da história esteve majoritariamente atrelada ao fato da maternidade constituir-se como ideal máximo, caminho da plenitude e realização da feminilidade, o que remete à ideia da maternidade ser indispensável à realização plena da mulher (Braga e Amazonas, 2005.) No entanto, no decorrer dos tempos é notável uma mudança dessa concepção. As modificações dessas ideias se deram com as lutas feministas, que inseriram as mulheres no mercado de trabalho remunerado e com o aparecimento em especial da pílula anticoncepcional, a qual trouxe empoderamento de escolha sobre a maternidade, tornando-a uma opção da mulher e com isso rejeitando a ideia de destino (Maux; Dutra, 2009). Mesmo com as atuais conquistas, ainda há mulheres que optam pela maternidade ao invés de uma carreira profissional, no entanto, mesmo nesses casos, é comum se fazer uma conexão com a gravidez em seu aspecto estritamente biológico. Entretanto, cabe lembrar que esse não é o único método de uma mulher exercer o papel ocupacional vinculado à maternidade, o de ser mãe, existindo outras possibilidades de vivenciá-lo através da adoção, por exemplo (Sonego, 2007).

No caso da maternidade biológica, a gravidez e o seu processo de nove meses são responsáveis por gerarem diversas mudanças físicas, fisiológicas e psíquicas na mulher. Nesse ponto, irá ocorrer uma série de reestruturações na vida

da mulher e, conseqüentemente, nos papéis que esta exerce. Contudo, vale ressaltar que na maternidade adotiva, as mudanças biológicas promovidas pelo processo de gestação não estarão presentes. A título de consideração, ressalta-se a necessidade de se considerar que a futura mãe, apesar de não enfrentar as referidas alterações físicas e fisiológicas advindas do processo de gravidez, ainda assim, perpassa por todo um processo, o qual, muitas vezes, pode ser difícil e, além disso, se estender por mais que nove meses (Huber; Siqueira, 2010).

Sandelowski (1991) enfatiza os esforços que as futuras mães por adoção fazem ao tentarem criar uma linha do tempo para representar seus processos de espera (apud Schwochow, Frizzo, 2021). É interessante observar que as mulheres recorrem naturalmente ao termo “gestação” para descrever suas emoções enquanto aguardam a chegada do filho adotivo. A representação de uma gestação adotiva ou emocional, pode desempenhar um papel protetor na saúde mental dessas mulheres, que encaram uma espera sem um roteiro definido. (Huber e Siqueira, 2010; Schettini et al., 2006).

Schwochow e Frizzo (2021) realizaram um estudo com 4 mulheres que estavam na ocasião há menos de 1 ano na fila de espera para a adoção e relataram a multiplicidade de sentimentos que ocorreram durante essa espera. As autoras categorizam os processos em duas categorias: esperança e desesperança.

A primeira se relaciona à tranquilidade e ocupação do tempo em que se espera, para manter-se em harmonia durante o processo. A segunda, por sua vez, se conecta aos sentimentos de frustração, dor e dúvida quanto à chegada da criança e, com isso, o fim da espera. Apesar de serem relatados os mesmos sentimentos em diferentes etapas, como na habilitação para a adoção e durante a fila de espera, eles se apresentam com características distintas. Na habilitação, a dor se expressa pelas dificuldades frente às decisões em relação ao perfil da criança desejada e a frustração se relaciona a percepção de que o tempo de espera seria longo e a dificuldade de estabelecer os encontros com os técnicos judiciários. Em contrapartida, na fila do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, o sentimento de dor diz respeito a desesperança de que o filho adotivo chegaria inquestionavelmente e a frustração esteve associada a desesperança pela falta de marcadores temporais no processo de adoção o que gera a sensação de uma espera sem fim. Os achados deste estudo indicam que um mesmo sentimento pode ter diferentes significados a depender do

momento em que se está no processo e evidencia a importância de discernir as etapas de espera pela adoção para a mulher.

6.3. A PATERNIDADE

Ao longo dos anos, a concepção de paternidade e as expectativas relacionadas a esse papel têm se modificado e evoluído. A datar da década de 1970, com a ascensão do novo modelo econômico industrial e o fortalecimento do movimento feminista, as discussões das desigualdades de gênero, o avanço dos métodos contraceptivos e a entrada das mulheres no mercado de trabalho revelaram a urgência de um maior envolvimento do pai com os filhos e nas tarefas domésticas. (Pleck e Pleck, 1997 apud Vieira, et al., 2014). Enquanto o pai biológico precisa aguardar o rompimento da fusão mãe e filho, o pai adotivo não, visto que não há gestação ou amamentação. Ademais, o pai adotivo não está sujeito ao devaneio de que o filho pode não ser seu, o que lhe garante o livre desejo de ser pai. Por outro lado, pais adotivos podem estar mais suscetíveis ao estresse na transição para a parentalidade do que os pais biológicos, pois essa mudança é mais abrupta e sem tanta preparação. (Levy-Shiff, Har-Even, 1991, apud Andrade, Costa, Rossetti-Ferreira, 2006)

O envolvimento paterno pode ser definido mediante três dimensões: interação, disponibilidade e responsabilidade. A primeira trata-se do contato direto do pai com seu filho na partilha de atividades e brincadeiras. A segunda se refere ao potencial de acessibilidade física e psicológica do pai para o relacionamento, em virtude de estar presente ou disponível para o filho. E por fim, a terceira, a responsabilidade é o papel que o pai assume em assegurar cuidados ao filho, disponibilizando-se e providenciando recursos. (Lamb, 1997; Lamb, et al., 1985 apud Bueno, Vieira, Crepaldi, 2017). A paternidade pode ser examinada pelo envolvimento do pai com seu filho, pautado no modo como ele experiencia a paternidade e os sentimentos que desenvolve em relação a seu filho. (Bueno, Vieira, Crepaldi, 2017)

Assim, há diversos fatores que podem influenciar o envolvimento paterno, como a motivação para ser pai, habilidades para lidar com criança e o apoio recebido para se envolver com ela, demandas de trabalho que podem afetar a disponibilidade

do pai, características da criança quanto do pai e o relacionamento conjugal. (Bossardi, 2015, Lamb, 1997, Pleck, 1997 apud Bueno; Vieira e Crepaldi, 2017)

A forma com que os pais se envolvem com seus filhos, por mais que busquem dividir as tarefas com as mães, é diferente. Enquanto as mães normalmente desempenham mais ações de cuidados, os pais se envolvem mais em ações do brincar e se preocupam prioritariamente com a situação financeira da família. Entretanto, esses não são posicionamentos estáticos e vêm se transformando no sentido de uma *nova paternidade*. (Andrade; Costa e Rossetti-Ferreira, 2006). Corroborando a representação da *nova paternidade*, os resultados apresentados por Bueno, Vieira e Crepaldi (2017) em um estudo realizado com quatro homens que se tornaram pais por via adotiva, mostram que o envolvimento paterno está inserido e relacionado com a estrutura familiar, sendo influenciado pela configuração familiar que o pai apresenta. Os pais presentes na pesquisa possuem relacionamento harmônico ou muito estreitos, o que os fazem serem mais envolvidos. Sendo assim, os caracterizam como pais que brincam, conversam, cuidam, têm momentos de lazer com o filho e demonstram afetos. Além disso, são participativos conforme estão disponíveis, e a disponibilidade está diretamente associada ao trabalho que exercem, o qual organiza a rotina familiar através do compartilhamento das tarefas e responsabilidades com as mães.

Assim, o referido estudo ressalta que não há uma ligação linear entre estrutura familiar e envolvimento paterno, visto que, essa relação entre paternidade e estrutura familiar não só implica em uma influência mútua entre esses elementos, como também esses são influenciados por aspectos sociais. Sendo assim, essa relação caracteriza-se como uma “causalidade circular recursiva, a qual se refere ao fato de o produto ser produtor do próprio processo que o produz”. (Vasconcellos, p. 272, 2010 apud Bueno; Vieira e Crepaldi, 2017)

6.4. O QUE AS PESQUISAS ENFATIZAM

Como exposto pela revisão da literatura sobre adoção e suas implicações familiares, estabelece-se que, assim como os pais biológicos, os pais adotivos também precisam se preparar para a parentalidade. Os pais que passam pelo processo de adoção devem adaptar seu espaço físico e emocional para a chegada

da criança. Essa preparação faz parte do desenvolvimento da transição para a parentalidade, que se estende para além da chegada da criança, envolve a preparação prévia dos pais. (Cecílio; Comin, 2016)

É essencial avaliar as verdadeiras motivações para a adoção e as crenças atreladas a essa dinâmica. Dissipar expectativas irreais e idealizações que surgem durante o processo de espera é crucial para evitar um possível fracasso. A adoção provoca mobilizações psíquicas profundas e a construção da parentalidade é complexa, sendo comum que os novos pais experimentem uma pressão em se comparar com a família biológica, acarretando uma competição imaginária. Nesse cenário, no que tange a construção da nova narrativa familiar, há de se considerar que existe previamente um histórico que influencia as relações entre o eu e outro, o qual, dentre outras influências, evidencia contradições na dinâmica familiar parental de modo, a fim de uma constituição salutar da nova narrativa, não devem ser ignoradas. (Garrafa, 2019 apud Sampaio; Magalhães, 2023)

Ainda sob a perspectiva da construção da nova narrativa familiar, se faz necessário considerar o papel dos pais na edificação da relação com seus filhos. Nessa constituição, é essencial que os pais compreendam suas próprias questões psicológicas, uma vez que essa assimilação seja qualitativamente realizada, com a internalização das especificidades dos processos de adoção e a devida apropriação do papel de *verdadeiros pais*, o contexto necessário para a construção de um ambiente acolhedor e saudável para seus filhos começa a se tornar possível.

7. DISCUSSÃO

Mediante ao que foi exposto, em relação à construção do papel ocupacional no contexto da adoção, há de se considerar que valores socioculturais retrógrados ainda exercem forte influência. Isto porque, a partir da análise feita, percebe-se que há, no imaginário coletivo da sociedade, a ideia de que a parentalidade ocorre apenas em consonância com o processo biológico, ou seja, se dá em 9 meses, o que, no caso da adoção, não ocorrerá, tendo em vista que esse tempo pré-determinado não estará presente, uma vez que não irá ocorrer a gestação de um novo ser vivo. Contudo, ressalta-se que a construção do papel ocupacional da parentalidade não é

exclusivamente influenciado por marcadores biológicos, ela também se dá a partir dos atravessamentos, valores e da subjetividade daqueles envolvidos no processo.

Nesse contexto, em relação especificamente à construção do papel ocupacional da maternidade denota-se que alguns aspectos propiciaram a mudança da posição social da mulher na sociedade, como a entrada no mercado de trabalho, a possibilidade de utilização de medicamentos contraceptivos e a maior autonomia do próprio corpo, os quais também favoreceram a mudança da posição da mulher em relação à maternidade. Isto é, a construção do papel ocupacional a partir disso voltou-se mais para a perspectiva da *escolha* de tornar-se ou não mãe. Entretanto, mesmo após tais conquistas, ainda há mulheres que optam por seguir a tradição de tornar-se mãe como meta de realização máxima da vida. Contudo, o ponto que se destaca aqui é que o *tornar-se mãe* deslocou-se para o campo da escolha da mulher, não sendo mais uma prerrogativa única a ser seguida. Não obstante, nota-se que, dentre as diferentes convergências possíveis que permanecem entre os dois processos, o biológico e o adotivo, destaca-se a de que em ambos os casos as mulheres utilizam do termo *gestar* para lidar com a questão do tempo até a chegada do seu filho.

Por outro lado, há de se considerar que, em relação à parentalidade, uma reflexão crítica que se faz necessária é a existência de convergências e divergências específicas entre os processos da gestação biológica e da adoção. Em relação às convergências, nota-se que a postura do pai na construção desse papel ocupacional será atravessada por questões que giram em torno da ideia de ser provedor do lar e de que, em relação às demandas da criança, voltem-se mais para a parte lúdica, como o brincar, em detrimento dos aspectos emocionais, situação propiciada e influenciada pela permissividade da mãe em relação às atividades de cuidado para com a criança, o que fomenta ainda a visão da mãe enquanto principal cuidadora.

Já, em relação às divergências, notou-se uma diferença considerável no que tange ao lidar com a questão do tempo de espera. Enquanto no processo adotivo há uma perspectiva de equidade em relação aos pais, no processo biológico indica-se uma posição privilegiada da gestante, o que uma vez mais indica que o processo de incluir um novo membro na família é fortemente marcado pela influência de aspectos biológicos. Isso é problemático enquanto se constrói um papel ocupacional

unidirecional e singular, tendo em vista que só quando não há a presença desses marcadores que diferenciam a construção desses papéis, é que ambos são colocados no mesmo patamar, ou seja, evidenciando que a construção desses papéis é sobretudo social. Ademais, existe a questão de que no processo adotivo a construção do papel ocupacional da parentalidade seria feita de maneira mais ativa quando comparada a construção que ocorre no processo biológico. A crítica aqui gira em torno de que apenas no processo adotivo existiria uma busca ativa pelo tornar-se pai, enquanto no processo biológico, a simples participação na fecundação entre o casal já garantiria ao homem esse papel ocupacional. Isso é problemático enquanto a ideia de que a validade da construção do papel ocupacional ainda se dá a partir dos marcadores biológicos, uma vez mais descaracterizando os aspectos sociais e subjetivos dos sujeitos envolvidos no processo, de modo a renegá-los a uma espécie de *desvalorização* ou *menor importância*.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a discussão apresentada, fica evidente a necessidade de ampliar o olhar de terapeutas ocupacionais sobre a construção do papel ocupacional da parentalidade no contexto da adoção. A profissão, pautada na compreensão das ocupações humanas e suas influências socioculturais, deve reconhecer que o exercício da parentalidade não está atrelado exclusivamente a processos biológicos, mas também a construções sociais, subjetivas e simbólicas. Assim, é fundamental que terapeutas ocupacionais promovam intervenções que auxiliem na ressignificação do papel parental, considerando os desafios e particularidades da adoção. Além disso, é necessário refletir sobre a desconstrução de padrões normativos que desvalorizam a parentalidade adotiva, garantindo suporte para que esses indivíduos se reconheçam plenamente nesse papel. Ao atuar nesse campo, a terapia ocupacional contribui para a equidade na vivência da parentalidade e fortalece a construção de relações familiares baseadas no afeto, na escolha e no reconhecimento mútuo, independentemente da origem desses laços

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, R. P.; COSTA, N. R. A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Significações de paternidade adotiva: um estudo de caso. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 16, n. 34, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000200012>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

BARBANO, L. M.; CRUZ, D. M. C. Mulheres trabalhadoras com e sem filhos: estudo qualitativo sobre papéis e uso do tempo. *Revista FSA, Teresina*, v. 17, n. 3, art. 13, p. 208-227, 2020.

BARROS, J. F.; RIBEIRO, P. W.; SOUZA, L. F. Os aspectos psicológicos da criança e do adolescente na adoção tardia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003215129>. Acesso em: 03 de março de 2025.

BRAGA, M. G. R.; AMAZONAS, M. C. L. de A. Família: maternidade e procriação assistida. *Psicologia em Estudo, Maringá*, v. 10, n. 1, 2005.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Cortez, 1990.

BRAUNER, M. C. C.; ALDROVANDI, A. Adoção no Brasil: aspectos evolutivos do instituto no direito de família. *JURIS, Rio Grande*, v. 15, p. 7-35, 2010.

BUENO, R. K.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, M. A. Envolvimento paterno com filhos adotivos e a estrutura familiar. *Psicologia Clínica e Cultura, Psic.: Teor. e Pesq.*, v. 33, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3342>. Acesso em: 25 de agosto de 2024.

CAMPANHA-ARAUJO, I. C.; NASCIMENTO, C. R. R. A construção do projeto adotivo em uma via de mão dupla. *Psicologia em Estudo*, v. 27, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v27i0.48853>. Acesso em: 10 de dezembro de 2024.

CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia em Revista (Belo Horizonte)*, v. 26, n. 1, p. 83-102, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Parentalidade adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 36, n. 1, p. 171-182, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003832015>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

COSTA, N. R. A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 20, n. 3, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000300010>. Acesso em: 2 de agosto de 2024.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Adoção. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/adoção/>. Acesso em: 27 fevereiro. 2025.

ESTRUTURA da prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 26, ed. especial, p. 1-49, 2015.

GOMES, I. C.; LEVY, L. A psicanálise vincular e a preparação de crianças para a adoção: uma proposta terapêutica e interdisciplinar. *Contextos Clínicos*, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 109-117, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/ctc.2016.91.09>. Acesso em: 10 de março de 2025.

HUBER, M. Z.; SIQUEIRA, A. C. Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 200-216, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

KIMURA, A. F. A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 31, n. 2, 1997.

MACHADO, R. N.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A.; MELLO, R. O mito de origem em famílias adotivas. *Psicologia USP*, v. 30, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e160102>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

MAUX, A. A. B.; DUTRA, E. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 14, n. 2, 2009.

MORELLI, A. B.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTEIRO, T. V. O "lugar" do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, v. 27, n. 1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100010>. Acesso em: 05 de janeiro de 2024.

SAMPAIO, D. S.; MAGALHÃES, A. S.; MACHADO, R. N. Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. *Psicologia em Estudo*, v. 25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44926>. Acesso em: 5 de setembro de 2024.

SANTOS, M. A., et al. Dos laços de sangue aos laços de ternura: o processo de construção da parentalidade nos pais adotivos. *Periódicos Eletrônicos em Psicologia*, São Paulo, v. 4, n. 1, 2003.

SCHETTINI, S. S. M.; AMAZONAS, M. C. L. A.; DIAS, C. M. S. B. Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 2, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200007>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.